

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.246 - PA (2018/0327012-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : JOELSON DE SOUZA VASCONCELOS (PRESO)
ADVOGADO : VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR E OUTRO(S) - PA011505
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

1. Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JOELSON DE SOUZA VASCONCELOS, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0807874-12.2018.8.14.0000, mantendo a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal em que restou condenado às penas de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 12 (doze) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais pagamento de 878 (oitocentos e setenta e oito) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c.c. art. 40, incisos V e VI, ambos da Lei n. 11.343/06.

Realça o recorrente, inicialmente, que é primário, sem antecedentes, além de não ter sido produzida qualquer prova no sentido de não possuir ocupação lícita e residência fixa.

Ainda, pondera estar sofrendo constrangimento ilegal, sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea a respaldar a ordenação e a manutenção de sua custódia cautelar.

Sustenta, por fim, a desproporcionalidade e a incompatibilidade da prisão preventiva com o regime de cumprimento da pena estabelecido na sentença condenatória, qual seja, o semiaberto.

Por fim, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da medida extrema, permitindo-lhe recorrer da condenação em liberdade.

É o breve relatório.

2. A insurgência não merece prosperar.

Isso porque, das informações colhidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verificou-se que, em **28/11/2018**, foi efetuada a liberação do recorrente, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente *writ*.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator